

OS TONS DA ESFERA PÚBLICA

As cores de Ercília — esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais, *de Sérgio Costa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, 222 pp.*

Raul Magalhães

As investigações sobre o caráter *público* das ações sociais em uma sociedade como a brasileira podem ser classificadas, esquematicamente, em duas grandes vertentes. A primeira nega a consistência da noção de "público" no Brasil, pois aqui prevaleceria, em todos os espaços sociais e em particular no

Estado, a mais completa privatização de interesses, certo *ethos* "patriarcal" da sociedade. Assim, a condução da política nada mais seria que a continuação dos valores familiares oligárquicos que estiveram na gênese do país, os quais, incapazes de gerar qualquer noção de bem comum, fazem valer apenas a apropriação dos recursos de poder em interesse próprio. Essa visão dominou a primeira produção teórica sobre o Brasil, a partir dos anos 1930, e teve por representantes autores como Nestor Duarte e, com elaborações bem mais sofisticadas, Oliveira Vianna¹.

(1) Cf. Schwartzman, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, pp. 69-70.

A segunda abordagem, inspirada em Max Weber, opôs-se frontalmente a essa primeira visão e suplantou-a quase por completo no âmbito acadêmico, afirmando ser o Brasil um típico caso de "patrimonialismo", no qual um Estado grande e multifuncional formula todas as estratégias de desenvolvimento social e político e submete a sociedade à lógica de sua racionalidade burocrática. Os representantes clássicos dessa visão, Simon Schwartzman e Raymundo Faoro², permitem, em tese, que se instale o debate sobre o interesse público, mas somente na medida em que o Estado seja seu formulador e promotor, restando à sociedade civil, na melhor das hipóteses, adaptar-se a tais impulsos, normalmente pela via da cooptação dos seus atores pelo aparelho estatal. Daí que a modernização da sociedade brasileira tenha sido forjada e implementada por agentes firmemente alicerçados nos postos oficiais. Essa leitura weberiana do Brasil não se tornou dominante por acaso, obrigando até mesmo o paradigma marxista a reformular seus parâmetros, dada a fragilidade do crivo analítico de classes no país. Tal êxito deve ser creditado à ampla base empírica dos seus argumentos, que parecem nos conduzir ao eterno pessimismo das teorias calcadas em Weber: somos uma sociedade de gênese e desenvolvimento autoritários, na qual longe do poder do Estado "não há salvação", como se diz no folclore político.

O livro de Sérgio Costa pode ser lido, em grande medida, como uma contribuição original a esse debate, embora tenha um enquadramento muito particular, não se ocupando diretamente das disputas acima mencionadas e não se restringindo ao cenário brasileiro. De fato, em *As cores de Ercília* (título inspirado em uma das *Cidades invisíveis* de Italo Calvino) deparamos uma análise que aponta para a transformação da sociedade brasileira em direção ao aprofundamento de novas dimensões de sociabilidade públicas, fora do padrão tentacular, multiforme, mas sempre cinza, do Estado. O livro reúne um conjunto de nove ensaios em parte já publicados e que ganham densidade quando justapostos, revelando, em várias facetas, a grande coerência e consistência da trajetória intelectual do autor. Seus instrumentos são essencialmente teóricos, mas sempre remetidos a certos lastros empíricos, imprescindíveis a debates dessa natureza.

O leitor encontrará nos três primeiros capítulos uma discussão sobre as noções de *espaço público* e de *sociedade civil* confrontadas com a sociedade brasileira. Nessa matéria, a questão premente é, sem dúvida, a da adequação desse marco conceitual ao cenário brasileiro, na qual o autor conseguiu um saldo positivo ao usar estratégias clássicas de reflexão, indo da reconstrução teórica dos conceitos, por meio da comparação de autores pertinentes, à sua moldagem à nossa sociedade. A investigação sobre os espaços públicos é tributária direta da teoria habermasiana e pode enfrentar, de saída, as mesmas críticas plausíveis à sua formulação original, notadamente aquelas que apontam as fortes idealizações de Habermas quanto a um caráter tendencialmente virtuoso das interações que estariam na base da opinião pública. Aqui, um leitor que eventualmente discorde de Costa encontrará um mapa muito bem elaborado das tendências críticas em torno do conceito de *esfera pública*.

É com esse espírito crítico que os instrumentos teóricos do livro vão se burilando na direção de seu argumento central: a democratização da sociedade brasileira está gerando entre os atores políticos procedimentos discursivos que complexificam definitivamente a estrutura social, uma vez que a pluralidade de canais de debate opera tanto sobre a mídia quanto sobre os movimentos sociais mais afeitos às causas civis. Refletindo especificamente sobre as relações entre interesses e o controle da mídia, o autor nos diz: "Se a influência política dos grupos corporativos que defendem interesses particulares e específicos é devida antes à sua capacidade de controle dos recursos comunicativos disponíveis, o poder político dos movimentos sociais e das demais associações da sociedade civil é, sobretudo, resultado do mérito normativo de suas bandeiras, isto é, de sua possibilidade de catalisação da anuência e do respaldo social. Nesse caso, o espaço público já não pode ser representado unicamente, como fazem os pluralistas, como um mercado de interesses em disputa [, mas] como arena que também medeia os processos de articulação de consensos normativos e de reconstrução reflexiva dos valores e das disposições morais que orientam a convivência social" (p. 35).

Entretanto, distinguir movimentos sociais pelo "mérito normativo de suas bandeiras" de outros "interesses particulares e específicos" não é uma tarefa analítica simples ou mesmo exequível. Considere-se por exemplo o Movimento dos Sem-Terra,

(2) Ibidem; Faoro, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1975.

cuja ação social possui irrecusável mérito normativo — a premência da reforma agrária — mas não pôde prescindir de estratégias nada dialógicas para produzir a reflexão social sobre sua pauta, nem deixou de constituir-se numa miríade de interesses particularistas dos seus membros, que vão desde projetos pessoais de posse da terra até iniciativas cooperativistas, sem nos esquecermos dos ativistas políticos por vocação nem, é claro, das alianças táticas com partidos políticos e outras facções constituídas na arena democrática. Não seria muito diferente se tratássemos dos movimentos negros, feministas ou ecologistas, embora estes ainda não tenham, no Brasil, uma visibilidade que ultrapasse os setores mais educados da população, o que demarca um importante limite estrutural da esfera pública no país.

Não obstante, é impossível negar a essência do diagnóstico proposto por Costa no sentido de que a sociedade brasileira passa por substanciais complexificações em decorrência da democratização política do espaço público. Sobretudo quando consideramos a rapidez dessas transformações, é inevitável reconhecer que as dimensões públicas estão se vitalizando em inovadores padrões de interação, nos quais o plano simbólico da comunicabilidade entre os atores sociais ganha relevo crescente, mesmo que ninguém precise acreditar, como parece corrente entre os habermasianos, que os interesses genuinamente públicos tenham uma matriz específica, distinta daquela dos grupos que atuam na política institucional.

O debate sobre o conceito de sociedade civil (capítulos 2 e 3), além de nos fornecer um quadro do *revival* dessa noção na cena acadêmica mundial, complementa o quadro teórico da esfera pública, e ambos indicam um grande vigor da ação política em marcos exteriores ao Estado. Mais uma vez, a discussão é complexa e não-linear ao abordar a fundamentação das idéias e dos dissensos acadêmicos sobre a aplicabilidade desse construto que é tão caro a certa linhagem não-ortodoxa do marxismo. A despeito das complexidades brasileiras já assinaladas, há que se reconhecer que sua interpretação a esse respeito reclama firmemente o reconhecimento de que no Brasil o Estado cumpriu, durante alguns séculos, a tarefa de planificar o caminho da modernidade muito mais que setores do mundo civil. Aqui o Estado foi fundamentalmente autoritário no século XX, mas mesmo assim, graças à ilustração das elites, sempre foi "vanguarda" na consolidação de estruturas legais muito mais avançadas que aquelas derivadas do

debate na sociedade civil. Esse quadro pode estar mudando e, de fato, é pertinente pensar que estamos diante de uma demonstração de *criatividade social*³, para usar um conceito relativamente recente da teoria social.

O quarto capítulo nos remete a uma ampla pesquisa empírica sobre a constituição de espaços públicos no Brasil, tendo como campo de teste três cidades mineiras. A despeito de o diagnóstico evidenciar crescente participação de setores da sociedade na implementação da vida comunitária, o fato é que os dados apontam, de maneira ainda mais eloquente, que as mobilizações estão centradas em reivindicações muito básicas e quase todas ligadas à capacidade dos grupos de negociar as intervenções do poder municipal, o que, por sua vez, leva a um conjunto de pressões e ingerências não raramente clientelistas. Esse capítulo é, aliás, um bom exemplo de como o otimismo teórico presente nos conceitos trabalhados nas primeiras partes do livro contrasta com os fatos da grande dependência dos setores da vida civil na sua relação com as iniciativas institucionais do poder público, em formatos contraditórios com as pretensões de controle social desse poder. Essa tensão é enfrentada de maneira lúcida nas reflexões de Costa, que sublinha o caráter ambivalente das iniciativas do Terceiro Setor, as quais, decididamente, não apontam para uma vigorosa e linear evolução rumo à consolidação de esferas públicas locais, mas antes a um tortuoso caminho ao fim do qual as demandas da democracia não são inevitavelmente triunfantes. Esse é o principal núcleo do livro e o leitor certamente é levado a concluir que eventuais avanços numa pesquisa dessa natureza exigem, ao lado da crítica teórica, um monitoramento empírico ampliado das estruturas que caracterizam os espaços públicos no Brasil.

Os capítulos seguintes desenvolvem debates conexos com os temas tratados inicialmente. No quinto capítulo enfoca-se a consolidação nas ciências sociais brasileiras das bases teóricas sobre as quais se constituem os conceitos capazes de compreender as configurações sociais, em especial a democracia. Costa identifica nesse contexto dois movimentos: a ciência política, num processo de rigorosa especialização sob a égide do pensamento norte-americano,

(3) Cf. Domingues, José Maurício. *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

em especial a teoria da escolha racional, tem limitadas interfaces com outras áreas conexas e tende a girar em torno dos seus temas internos, como políticas públicas e comportamento político, enquanto a sociologia abre-se à discussão plural mas se pulveriza teórica e metodologicamente, fragilizando as possibilidades de uma interpretação crítica abrangente de seus objetos.

Embora a análise de Costa seja aqui, como de costume, bem aparelhada conceitualmente, cabe perguntar pela ausência da antropologia no seu quadro das ciências sociais brasileiras: basta lembrar o peso dos programas de antropologia do país para nos apercebermos da lacuna. De mais a mais, parece um tanto caricato dizer que a ciência política brasileira tenha as teorias da escolha racional como paradigma hegemônico, bem como apontar uma "quase absoluta inexistência de diálogo com a filosofia política" (p. 136): basta considerar a produção de teses e as publicações nos nossos melhores programas de pós-graduação em ciência política para colocarmos sob suspeição esse ponto de vista. Da mesma forma, os trabalhos na área de estratificação e desigualdades sociais, com rigoroso domínio de metodologias quantitativas, indicam que a sociologia brasileira não deixou de formar um considerável núcleo de produção influenciado pelo mundo anglo-saxão, a despeito de ser procedente a observação de sua maior dispersão teórica e metodológica.

Os capítulos 6 e 7 tratam do debate sobre etnicidade e questões raciais. Costa opera, com sucesso, uma tensão entre o que chama de "ideologia da mestiçagem", alicerçada nas apropriações do pensamento de Gilberto Freyre, e o ressurgimento de núcleos de afirmação de distintas etnicidades no mapa social brasileiro. Essa contraposição permite a crítica do conceito de *hibridação cultural*, uma ferramenta de análise das formações pós-coloniais, se justaposto ao contexto brasileiro, no qual esse processo deve ser considerado sobretudo quanto ao ressurgimento de identidades culturais que afirmam sua singularidade ainda que sejam híbridas, dado que elaboradas fundamentalmente por descendentes de imigrantes. Cabe destacar nessa parte do trabalho a aguda desconstrução das possibilidades teóricas do conceito de raça, que, não obstante suas limitações, é ainda moeda corrente nos argumentos sobre desigualdades sociais no Brasil. A contribuição de Costa à temática da etnicidade e das identidades culturais merece, sem dúvida, reverberar nos segmentos da

academia que se ocupam dessa importante e malpercebida controvérsia.

Nos capítulos 8 e 9 a discussão sobre os temas da esfera pública é ampliada em face da intrincada condição das democracias contemporâneas, em que a produção de legitimidade das ações pautadas pelo clássico Estado-nação efetivamente não pode mais ser separada das agendas geradas pelas interações entre culturas e economias nisso que, mal ou bem, vem sendo chamado de "globalização". Aqui o debate sobre uma esfera pública transnacional recupera e redimensiona com grande nexo a discussão sobre identidades culturais e etnicidade. O caso que Costa põe em tela é o da unificação européia, em relação ao qual, sem o abuso de comparações improváveis, caminha com segurança pelos pontos exatos em que se expressa a ambivalência da contemporaneidade. As distorções entre os atores que se internacionalizam e os que, por estratégia contrária, reforçam o papel da nacionalidade vão incidir nas bases da capacidade da democracia em responder minimamente às exigências de soberania e autonomia dos seus cidadãos constituintes. O problema assinalado é: em que medida as democracias apoiadas nas economias centrais podem generalizar procedimentos políticos descolados das bases culturais que historicamente as engendraram? A aposta de corte habermasiano insiste na generalização de procedimentos democráticos, notadamente a ampliação das condições de debate público como um método universalizável de entendimento sobre o bem comum. A formalização dessas estruturas que garantem a dialogia passa, ela mesma, à condição de bem, adaptando-se à variabilidade histórica e cultural das sociedades.

A aceitação dessa idéia só pode ser parcial: direitos humanos são assimilados principalmente em relação ao seu nível de generalidade, pois se os problemas são especificados, como o direito ao aborto, por exemplo, dificilmente procedimentos de debate superarão as resistências legítimas de certos grupos religiosos, que bem podem ser maioria. Daí que somente a ação de elites iluministas pode impor tais transformações de forma legal — e portanto, em certa medida, coativa. Se essa última consideração não corresponde mais ao caso europeu, certamente é plausível para complicar a proposição algo kantiana, ainda muito distante e talvez mesmo irrealizável, da "sociedade mundial", o que faz pensar que as teorias a esse respeito, elaboradas por pensadores como Niklas Luhmann, são mais curiosidades do que

CRÍTICA

propriamente instrumentos aplicáveis à reflexão contemporânea.

Ao chegar ao final de *As cores de Ercília* o leitor terá feito uma jornada estimulante na qual é impossível não refletir com o autor, questioná-lo e aprender

com seus enquadramentos. Trata-se, por completo, de uma obra fecunda e necessária ao momento.

Raul Francisco Magalhães é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.